

7  
11  
A

## Reunião Ordinária de 07 de agosto de 2023

Elaborada para cumprimento do disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 57.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro

### Ata n.º 43

----- Aos sete dias do mês de agosto do ano de 2023, reuniu a Câmara Municipal de Lousada, em conformidade com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artº. 40º. do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro:-----

---- **PRESENCAS:** -----

---- **Presidência da reunião:** -----

----- Pedro Daniel Machado Gomes; -----

---- **Vereadores presentes:** -----

----- Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada, em virtude do pedido de suspensão do mandato de Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Vereadora em regime de não permanência; -----

-----Manuel António da Mota Nunes, Vereador em regime de permanência; -----

-----Maria do Céu Vieira Rocha, Vereadora em regime de permanência; -----

-----Carlos Manuel Soares Nunes, Vereador em regime de não permanência; -----

-----Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Vereador em regime de permanência; -----

-----António Augusto dos Reis Silva, Vereador em regime de permanência.-----

----- **Secretária:** Armanda Paula de Meireles Ferreira, Coordenadora Técnica, em substituição da Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos. -----

---- **HORA DE ABERTURA:** -----

----- Eram dez horas quando, pelo Senhor Presidente, foi aberta a reunião. -----

-----Foi aprovada a ata da reunião de 24/07/2023 sendo dispensada a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros do Executivo. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----**Intervenção dos Membros do Executivo:** -----

----- **O Sr. Presidente começou por responder às questões colocadas pelos Srs. Vereadores da Coligação Acreditar Lousada na reunião de 07/07, no que toca ao Plano de Pormenor da Praça do Românico:** -----

"O projeto de arquitetura e respetivos projetos de engenharia das especialidades da Praça do Românico foram contratados pela Associação de Municípios do Vale do Sousa, pelo preço de 70.000,00€. Acresceu o valor de 11.990,00€ referente à revisão de projeto. -----

Relativamente aos trabalhos realizados, referentes à escavação do terreno, foram efetuados três autos de medição e a respetiva revisão de preços, no valor total de 185.987,64€. -----

Houve ainda trabalhos complementares, no valor de 40.282,88€, também referentes à escavação, tendo sido imputada ao empreiteiro a responsabilidade por metade desse valor, nos termos da lei. -----

Acresceu o custo com a fiscalização da empreitada, no valor de 9.120,00€ e com a coordenação de segurança em obra, no valor de 2.400,00€. -----

A Câmara Municipal e a Associação de Municípios estão a imputar ao empreiteiro sanções pelos prejuízos decorrentes da rescisão do contrato, mas esse assunto ainda não está encerrado. No limite, se o empreiteiro não aceitar a decisão dos donos da obra, o assunto terá de ser dirimido nos tribunais. -----

Relativamente aos trabalhos efetuados, os mesmos consistiram na escavação do terreno. São trabalhos que teriam sempre de ser feitos, independentemente do projeto concreto. Ou seja, é um investimento que ficou realizado e um custo que já não vai incidir sobre a nova empreitada que vier a ser lançada." -----

**Às questões colocadas sobre o Rally de Portugal o Sr. Presidente esclareceu o seguinte:** -----

"O CAL ainda não nos fez chegar o fecho de contas com o ACP. Logo que tenhamos esse relatório daremos conhecimento." -----

**No que toca às questões colocadas na última reunião sobre as noites acústicas, o Sr. Vereador Manuel António da Mota Nunes esclareceu o seguinte:** -----

"Relativamente aos gastos e investimentos, apenas quando a Jangada fizer o relatório anual terei acesso a esses dados. Como já foi referido na última reunião, na venda de bilhetes receberam 12.968,00€. O número de espectadores foram 1.104 e foram oferecidos 43 convites institucionais." -----

Relativamente aos diversos concertos os custos totais foram de 37.295,00€ distribuídos da seguinte forma: primeiro concerto do Pedro Abrunhosa 10.500,00€, segundo concerto 3180,00€ mais a bilheteira; concerto Jorge Palma, 8.165,00€; concerto da Barbara Tinoco 9.730,00€ e concerto do Agir 8.900,00€. -----

**Em relação ao Festival Vila e Sábados da Juventude, o Sr. Vereador Nelson Ângelo Coelho Oliveira esclareceu o seguinte:** -----

"Relativamente às receitas tivemos 5.875,00€ da gestão dos bares. Para além da despesa que está refletida nas consultas prévias, tivemos ainda a despesa com

7  
B

a segurança privada e a GNR que totalizou 5.790,00€ e ainda os direitos de autor no valor de 898,00€.

Relativamente aos direitos de autor, é um custo difícil de perceber, sobretudo quando se chega ao cúmulo de o cantor estar a cantar os seu originais e termos de pagar direitos de autor para ele cantar aquilo que é dele.

O último sábado da Juventude custou 400,00€."

**O Sr. Vereador Manuel António da Mota Nunes acrescentou:**

"É absurdo, mas é assim que funciona. No auditório tem sido igual, se nós não tivermos uma autorização da Sociedade Portuguesa de Autores, prévia ao concerto, não podemos ter o concerto, senão é ilegal.

A tabela tem que ver com o número de pessoas que eles estimam em função do número de espectadores.

Por exemplo, no auditório, como é um espaço fechado e é contabilizado o número de lugares sentados eles aplicam uma tabela. Como os espetáculos ao ar livre tanto podem ter 15.000 como 7.500 espectadores eles fazem uma estimativa."

**O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes questionou:**

"A que se refere estes 5.800,00€ de receita?"

**O Sr. Vereador Nelson Ângelo Coelho Oliveira respondeu:**

"É a receita dos bares, a cerveja não é exclusiva."

**O Sr. Presidente acrescentou o seguinte:**

"Houve anos em que nós tivemos dificuldade em encontrar agentes económicos para explorar os bares. Aliás, este ano divulgamos essa oferta e, numa primeira fase, não foi totalmente preenchida.

Esse assunto tem sido muito pacífico, com um conceito interessante, que é o facto de ser um evento em que todos eles se revêm, todos eles se entendem e, portanto, até à data, não tivemos qualquer problema com os bares, nomeadamente com alguém que se sentisse excluído ou preterido.

Mas, face à envergadura que o Vila começa a ter, é óbvio que vai despertar mais interesse de outras pessoas, de outros agentes económicos, e, provavelmente, o sucesso deste evento vai exigir futuramente outro tipo de abordagem quanto aos bares."

**O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes questionou:**

"Há contrapartidas de parte a parte, ou seja, a Câmara deu contrapartidas, a Câmara recebeu contrapartidas? Vi várias marcas comerciais associadas e a minha questão é saber em que moldes aquelas marcas comerciais estiveram ali associadas? E porquê aquelas marcas? Provavelmente há algum tipo de parceria estabelecida para estar aquela marca comercial, as cervejeiras, a Casa dos Óculos?"

**O Sr. Vereador Nelson Ângelo Coelho Oliveira referiu:**

"A Casa dos Óculos foi mais por uma questão de cortesia, porque é um parceiro que está sempre disponível para ajudar o Município, nomeadamente na ação social e em eventos como o Natal, nos Movimentos Sêniores, etc..."

A cervejeira não era exclusiva nem houve qualquer contrato connosco. Julgo que a super bock estava a ser vendida numa roulotte, nos bares junto ao palco foi a Heineken porque ajudaram a montar as infraestruturas. Os Bares interligaram-se diretamente com os representantes da cervejeira e pelo que sei houve uma ajuda

17  
7

para a montagem das infraestruturas dos bares de apoio e esse tipo de material.-- Também não tivemos mais ninguém de fora, de outras empresas, que se mostrassem interessados para participar. Ninguém foi excluído." -----

**O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes interpelou ainda o Sr. Presidente: --**

"Na decorrência da última reunião, e quando discutimos o Plano de Pormenor da Praça do Românico, gostava de saber, se, efetivamente, avançará com esse período de discussão ainda este mês ou se considera a nossa sugestão?" -----

**O Sr. Presidente referiu: -----**

"Estamos a falar de duas coisas diferentes. Neste momento estamos na fase inicial da alteração, em que a lei determina também um período de participação pública. A discussão pública é a seguir, portanto, nós vamos ter essa oportunidade adiante." -----

**O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes adiu: -----**

"Eu reformulo. O período de participação pública avança este mês ou já avançou?" -----

**Sr. Presidente esclareceu o seguinte: -----**

"Não tenho a certeza, mas provavelmente já terá avançado. -----

Conforme eu disse na última reunião, o processo é urgente. Demorou demasiado tempo, não por culpa da Câmara, porque efetivamente havia alguns problemas de cadastro que os próprios proprietários demoraram a resolver. Entretanto, também fomos confrontados com algumas alterações que fizeram, nomeadamente, a junção de artigos e isso também tem de ser vertido no cadastro, portanto, a partir do momento em que tudo isso está resolvido nós temos obrigações que decorrem dos contratos que assinamos com os proprietários, sob pena de, no limite, até podermos ter de os indemnizar. -----

Portanto, aquilo que eu disse na última reunião mantenho. Tudo o que for ajustes que possam ser concertados com os proprietários e que não desvirtuem o plano, estamos em condições de os poder vir a acolher, e depois temos a fase própria para o efeito, para a recolha desses contributos que é a discussão pública. Neste momento, estamos no início do processo de alteração que é o período de participação pública. Mais à frente, depois de termos a proposta concreta de alteração, vamos ter de sujeitar a discussão pública essa proposta." -----

**O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes adiu: -----**

"Não obstante o que acabou de dizer, manifestarmos aquilo que dissemos na última reunião. Em nosso entender, esse período deveria ser programado fora da época estival. Nesta fase, eu próprio confesso não me apercebi que já esteja em discussão pública, imagine um cidadão, que até tenha interesse, do ponto de vista cívico, em dar contributos para aquela área?" -----

**O Sr. Presidente referiu: -----**

"Todos terão legitimidade para dar os seus contributos, para dar as suas opiniões, mas é preciso ter cautela quando se trata de ditar leis para aquilo que é dos outros. Ou seja, nós nunca podemos perder de vista que este plano foi concebido e desenvolvido de uma forma que a lei prevê, mas que é raro ter sucesso em Portugal, que é o sistema de cooperação. Normalmente os planos de pormenor acabam por não ter sucesso porquê? Porque as Câmaras Municipais não conseguem os consensos com os respetivos proprietários e têm de recorrer a

expropriações. Se este fosse um plano com execução pela via do sistema de imposição administrativa, teríamos maior liberdade para o concretizar, de uma forma ou de outra, mas para isso teríamos de recorrer à expropriação. Sendo por cooperação, tem de haver uma concertação entre o interesse público que, naturalmente, tem de ser salvaguardado, e os interesses dos proprietários que acreditaram no mérito de uma proposta que lhes foi feita pela Câmara Municipal e em que houve compromissos de parte a parte. Volto a dizer que nós temos contratos de urbanização assinados com os proprietários e temos prazos para os cumprir! E temos timings apertados. -----

Repito, as alterações não podem desvirtuar aquilo que está assumido com esses proprietários, não podemos fazer tábua rasa de tudo o que está assinado, sob pena de criarmos um problema sério de responsabilidade face aos proprietários. E isto não é desconsiderar o interesse da discussão pública, a discussão pública não pode e não deve ser um mero formalismo, aí estamos de acordo. Mas, neste caso em concreto, o âmbito dessa discussão pública e a pertinência das sugestões, tem este limite. Se, porventura, forem sugestões que desvirtuem aquilo que está assumido temos um problema, porque não temos condições para as acolher, porque isso equivaleria a desconsiderar tudo aquilo que foi negociado com os proprietários e a forma de executar este plano seria posta em causa, que neste caso é o sistema de cooperação. Isso implicaria elaborar um plano novo -----

Quando vejo algumas sugestões como a que "devia ter menos um piso ou mais um piso", isso mudaria por completo aquilo que está negociado. Não é possível. Seria outro plano, seria esquecer este e tudo aquilo que se fez e pensarmos noutra plano. Esse tipo de sugestões está fora de causa, não é possível. -----

Se houve compromissos assumidos, se houve uma determinada solução urbanística que foi negociada e concertada com os proprietários e que mereceu, inclusivamente, aprovação unânime aqui na reunião de Câmara, é preciso ter bem presente que a Câmara é uma entidade de boa-fé. -----

Ou seja, teremos condições para acolher apenas os contributos que se traduzam em melhorias que não desvirtuem a conceção do plano e que não ponham em causa os compromissos assumidos pelo Município." -----

**O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes disse:** -----

"Por isso é que na última reunião sugeri que, tendo esta oportunidade, se pudesse visitar até a discussão que foi tida na altura no âmbito do plano de pormenor e depois mantendo a sensibilidade e alguma compreensão relativamente sobre aquilo que disse o certo é que essa concertação não se pode impor àquilo que é a essência da democracia, eu não digo que é barrar a participação pública, mas, por outro lado, não se está a dar as melhores condições para que a participação pública possa surgir. -----

O principal alerta que lançamos aqui na reunião foi esse, 15 dias parece-nos um prazo curto e depois, numa época estival, sabemos claramente que as pessoas não estão a acompanhar os assuntos da nossa "Praça". Obviamente, que vai favorecer o cumprimento de um requisito legal de participação pública sem participação pública." -----

**O Sr. Presidente referiu:** -----

17  
R

"Ou não, porque nas férias as pessoas ainda poderão ter mais disponibilidade para esse tipo de assuntos. Normalmente, quando as pessoas estão com os seus afazeres profissionais, até têm menos tempo para esse tipo de situações. Não vejo qualquer limitação a esse nível." -----

Volto a dizer, nós estamos muito pressionados com os prazos. E, no limite, podemos vir a ser responsabilizados. Repito, os proprietários têm compromissos, têm contratos promessa de venda de lotes, têm contratos feitos com empreiteiros e se os empreiteiros os responsabilizarem, eles vão querer ser ressarcidos pela Câmara, esse é que é o meu maior receio, por isso é que não podemos estar aqui a protelar o processo, a partir do momento em que ele tem todas as condições para avançar e, portanto, já manifestei na última reunião total disponibilidade para visitar esse assunto e ver se podemos acolher algumas das sugestões, mas sempre com este limite que referi. -----

Lembro novamente que na fase inicial da elaboração do plano de pormenor, que começou com a aprovação dos Termos de Referência para a elaboração do Plano de Pormenor da Praça do Românico e a abertura de um procedimento para formação dos contratos de planeamento, a solução urbanística já era conhecida e fazia parte dessa proposta que foi aprovada pela Câmara Municipal por unanimidade." -----

**O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes adiu:** -----

"A oposição, na altura, votou contra o plano pormenor." -----

**O Sr. Presidente referiu:** -----

"Não foi assim. A oposição votou a favor na fase inicial e votou contra numa fase mais tardia. -----

Convém ter presente que, no caso em concreto, nós adquirimos um conjunto significativo de área sem ter de pagar um euro, havendo apenas uma pequena parcela que na altura ainda não estava acertada, não estava garantida a sua integração no domínio público, e que agora, com esta alteração, vai passar a estar. -----

De resto, conseguimos fazer os novos arruamentos que lá estão construídos e conseguimos ter aquele espaço fantástico para a praça sem pagar qualquer valor. E como é que se conseguiu isso? Se nós tivéssemos ido pela via da expropriação teria sido desastroso. Vocês sabem quais são os preços dos terrenos aqui na Vila de Lousada, portanto, na altura, todos reconheceram o mérito nesta solução que é aquela que eu defendo, tudo o que nós pudermos fazer pela via da negociação e da concertação, é o melhor caminho de gestão pública, porque muitas das vezes as expropriações são autênticas lotarias que saem aos proprietários e, portanto, não vamos poder agora fazer tábua rasa disso. Na altura, quando fizemos esses contratos com os proprietários, foi de boa-fé, foi de uma forma refletida e ponderada, e não foi um cheque em branco, porque já estava quase tudo previsto, inclusivamente a própria solução urbanística do plano faz parte, é um dos anexos desses contratos de urbanização ou contratos de planeamento. Essa solução urbanística do plano prevê as implantações, os índices de utilização e impermeabilização, está lá tudo. E aí, nessa fase inicial, foi tudo aprovado, por unanimidade, é isso que eu estou a dizer. -----

Mas independentemente disso, nós estamos sensíveis para ponderar e reavaliar o assunto naquilo que puderem ser melhorias que não ponham em causa os pressupostos e compromissos assumidos, não temos nada contra, antes pelo contrário." -----

**O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes prosseguiu a intervenção:** -----

"Queria fazer um desafio, de se promover uma agenda conjunta de visitas a todas as obras que estão a decorrer em estabelecimentos escolares e às que já finalizaram. -----

Temos manifestado aqui a nossa preocupação e é do nosso interesse que de uma forma conjunta possamos aferir in loco tudo aquilo que foi feito ou está a ser finalizado, no sentido de proporcionar melhores condições a toda a comunidade escolar. O desafio é estabelecer um calendário de visitas conjuntas para que possamos visitar essas obras. Eu poderia, com os meus colegas, ir visitar as obras, mas acho que ficaria bem termos a companhia do restante Executivo nessas visitas." -----

**O Sr. Presidente referiu:** -----

"Após o período de férias vamos articular essas visitas." -----

**O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes observou o seguinte:**

"Decorreu nos últimos dias, a Festa Grande em Honra do Sr. dos Aflitos. Queria manifestar o nosso voto louvor pela organização desta festa, pois proporcionou um bom programa musical e de outras atividades tradicionais a todo o público que nos visitou e foi imenso. -----

Conseguiu o registo histórico da maior enchente de sempre das Festas Grandes. Não há memória que outras realizações tenham tido tanto público, e já no ano passado teve bastante gente. -----

Queria também realçar aspetos positivos que esta organização teve, nomeadamente a introdução do copo reutilizável, que, além da sustentabilidade e das questões ecológicas associadas, permitiu maior limpeza de todo o espaço do recinto das Festas, com exceção de uma ou outra rua. -----

Eu acho que no conjunto, englobando os colaboradores da Câmara Municipal, nomeadamente os da área da limpeza, patrocinaram umas excelentes festas a todos. Sabendo que este é o maior certame, do ponto de vista de festas e romarias do Concelho, a par da Romaria da Sra. da Aparecida, acho que merece este voto de louvor, daí esta nossa posição, nesta reunião de Câmara relativamente à Comissão de Festas e à organização das Festas." -----

**O Sr. Presidente acrescentou:** -----

"Nós, naturalmente, também achamos que quem se dedica a este tipo de causas deve merecer o nosso apreço, mas esse dito voto de louvor deve ser extensível a todas as outras comissões que ao longo dos anos organizaram as festas, como puderam e como souberam e, seguramente, com muitos problemas para resolver, como aliás esta Comissão também teve situações complexas para resolver que geram sempre algumas dificuldades de gestão e problemas concretos, porque ninguém agrada a todos e esta Comissão também não agradou a todos. Refiro-me às redes sociais, a exemplo do que aconteceu já no ano passado, uma série de problemas que não são fáceis de resolver. -----

17  
A

Efetivamente as Festas Grandes tiveram muita gente, como disse, a apreciação geral é positiva, mas eu não poderia deixar de abranger nessa distinção, todas as outras comissões, não só das Festas em Honra do Sr. dos Aflitos, mas das outras freguesias, onde as dificuldades, porventura, ainda são maiores, na sua organização, porque não têm acesso aos mesmos proveitos, não têm a mesma capacidade de gerar receitas e, nalgumas freguesias, as festas populares são mesmo o principal evento, o ponto alto em cada uma delas. Portanto, acho que é justo juntar a essa distinção todas essas pessoas que colaboram, que trabalham durante um ano inteiro para que as Festas, em cada uma das suas paróquias, seja uma realidade e se mantenham as tradições." -----

**O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes acrescentou ainda: -----**

"Acho que ficou implícito, mas reforço, é claro que este louvor não é exclusivo desta Comissão de Festas, como é obvio, este é o maior certame do nosso Concelho, naturalmente da Vila, tem marcos importantes, nomeadamente, a componente da marcha luminosa que veio prestar uma homenagem às Instituições Lousadenses, conseguindo envolver o concelho e reforçar uma identidade coletiva Lousadense muito maior. A própria organização da Procissão merece esse destaque, sem descurar, naturalmente, todo o trabalho voluntário das restantes Comissões de Festas do nosso Concelho. -----

Sem dúvida, todos merecem esse louvor." -----

**O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes prosseguiu a intervenção: -----**

"Uma última questão, a Câmara está a acompanhar o projeto de wc's públicos junto à Capela da Sra. da Ajuda? A minha questão é saber se poderia explicar um esse projeto, no sentido da localização, se vai ser feito mais alguma requalificação na envolvente? Apresento aqui como sugestão: incluir nessa possível requalificação as obras de requalificação na sede da Junta de Freguesia." -----

**O Sr. Presidente esclareceu o seguinte: -----**

"O projeto que foi apoiado na Câmara e na Assembleia é para reconstruir as casas de banho que não têm as mínimas condições, aliás, já era um objetivo da anterior Junta que chegou a ter financiamento garantido e depois não avançou, porque os próprios elementos do PSD na Assembleia de Freguesia enviaram para a Câmara um e-mail a dizer que não concordavam com a solução que o anterior Presidente da Junta queria levar a cabo e, portanto, o assunto ficou suspenso. Entretanto, o atual Presidente de Junta achou que se podia aproveitar a localização atual, que passa por reconstruir praticamente tudo de novo. O estudo foi feito por um dos arquitetos da Câmara. A ideia é avançar, por enquanto, apenas com as casas de banho. A intervenção na envolvente será equacionada mais à frente porque está dependente de negociações que já desenvolvemos e outras que estamos a desenvolver para aquisição de terrenos, nomeadamente, um que já foi aprovado aqui na reunião e que vai ser feita a escritura a curto prazo. A Junta tem determinadas ideias para esses espaços e a seu tempo vai haver ali outro tipo de abordagem. Neste momento a prioridade é resolver o problema das casas de banho." -----

**O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes acrescentou ainda:-----**

"A minha questão era perceber se a requalificação daquela área seria também alvo de uma intervenção e também acrescentar a esta questão a própria necessidade de requalificar o edifício da Sede da Junta de Freguesia." -----

**O Sr. Presidente finalizou:** -----

"Está tudo em aberto. Uma das possibilidades é a própria Sede da Junta de Freguesia passar para o novo edifício que faz parte daquela propriedade que a Câmara adquiriu. Ali, ou noutra local qualquer, o edifício da Junta de Freguesia precisa de intervenção. Em tempos, o anterior Presidente da Junta, chegou-me a falar na deslocalização da Sede da Junta de Freguesia para a escola EB1, junto à EB2,3, mas na altura isso não era possível porque havia compromissos com o Rancho e a Associação de Solidariedade Social de Nevogilde." -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

## 1. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

1.1. Resumo diário de tesouraria. -----

**A Câmara tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria referente ao dia 04/08/2023, que totaliza um saldo de 6.819.345,14€.** -----

## 2. DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

**2.1. Registo n.º 2023, DOMA, I, G, 14667 – Beneficiação da Escola Básica e Secundária Lousada Norte – 3.ª Fase – Concurso Público – Proposta de prorrogação do prazo de execução da empreitada por 30 dias, a título gracioso.** -----

**Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar o pedido de prorrogação do prazo nos termos requeridos.** -----

**2.2. Registo n.º 2023, DOMA, I, G, 14669 - Beneficiação da Escola Básica Lousada Este – 2.ª Fase – Concurso Público – Proposta de prorrogação do prazo de execução da empreitada por 45 dias, a título gracioso.** -----

**O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes referiu:** -----

"Neste ponto em concreto, eu diria que nós devemos aprovar apenas 30 dias, para fazer coincidir o prazo de execução alinhado com o ponto anterior que é meado de setembro, 45 dias já colide com o início do ano letivo." -----

**O Sr. Presidente explicou:** -----

"As intervenções são nas coberturas, pelo que não interferem com o início do ano letivo. Conversamos com os empreiteiros e não parece que seja possível

concluir em menos prazo, sobretudo neste contexto de férias, porque o mês de agosto é muito difícil porque as equipas ficam mais desfalcadas. De qualquer modo, os empreiteiros estão bem cientes de que estas obras têm de estar concluídas em setembro, portanto, temos garantias de que tudo está assegurado para o efeito." -----

**Deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com a prorrogação nos termos pretendidos.** -----

**Os Srs. Vereadores da Coligação Acreditar Lousada referiram:** -----

"A nossa votação é de aceitar uma prorrogação de 30 dias para não colidir com o início do ano letivo." -----

**2.3. Registo n.º 2023, DOMA, I, G, 14928 – Empreitada de conceção – construção de edifício de habitação multifamiliar em Boim, Lousada**-----

- Abertura do procedimento por concurso público com o preço base de 357.199,21 € + IVA; -----

- Programa de procedimento, caderno de encargos, programa preliminar e estudo prévio. -----

**Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento nos termos da informação em destaque.** -----

**Relativamente a este empreendimento o Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes interveio:** -----

"No empreendimento de Boim, o que está previsto, contrariamente aos outros dois, é que sejam quatro T0. -----

Na nossa opinião, afunilar a oferta, exclusivamente, a T0, ainda que se possa justificar com a otimização da área, o que é certo é que esta oferta restringe muito." -----

**O Sr. Presidente referiu:** -----

"Restringe tanto como restringe o T2 ou o T3. Nós não podemos acomodar num T2 ou T3 alguém que vive sozinho ou um agregado de duas pessoas. Neste momento temos uma necessidade muito grande de T0. -----

E tivemos também em conta aquelas que são as necessidades que estão referenciadas e esta está referenciada como uma necessidade muito grande." ---

**O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes adiu:** -----

"A questão não é excluir a oferta de T0. A questão é que a oferta de T0 também pode caber em Sousela ou Nevogilde. A questão é Boim está exclusivamente com quatro T0. Essa oferta afunilada, exclusiva a Boim, porque é mais interessante, é mais aliciante, é mais próxima do centro da Vila, mas quem procura arrendamento acessível pode procurá-lo em Sousela e Nevogilde." -----

**O Sr. Vereador Dr. Nelson Ângelo Coelho Oliveira referiu:** -----

"A explicação é fácil de dar. Não foi porque nos lembramos. A primeira é por causa do espaço. Com os quatro T0 há um aproveitamento mais racional do terreno disponível. -----

A segunda, e é importante saber, tem que ver com a estratégia local de habitação que sustenta-se em agregados já definidos, sabemos que há a família

X, que tem necessidade de um T0, T1 ou T2, etc... e que são daquela área geográfica. -----

Isto não quer dizer, e ressalvo, que quando esta obra estiver concluída essa pessoa mantenha a necessidade, não vai estar à nossa espera, ou que não haja outras nas mesmas condições. -----

Houve um levantamento de necessidades. Porquê os T0 em Boim? Precisamente para agregados mais dependentes, isolados, com pouca mobilidade e que consigam mais facilmente, porque estão mais próximos do centro, ir a pé tratar dos seus assuntos e pela área do lote. A decisão consubstanciou-se nisso. -----

Por exemplo, em Sousela há duas famílias com um filho, não quer dizer que não lhes seja atribuída uma casa em Boim. -----

O que a estratégia local exige é o porquê desta decisão, porque sabemos que temos determinados agregados identificados e, neste momento, foi em função dos agregados que existem. Não podemos fazer T4 em todo o lado." -----

**O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes concluiu:** -----

"A questão é que uma família com dois filhos, no empreendimento de Boim, não tem esta capacidade. -----

Da nossa parte nada contra os procedimentos em si, manifestamos a nossa discordância quanto a esta oferta, exclusiva, de T0 nesta edificação de Boim." ----

**O Sr. Presidente respondeu:** -----

"Temos de ter resposta para todos e temos de ter resposta para quem vive sozinho." -----

**O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes insistiu:** -----

"Certamente, concorda que essa resposta, para todos, também pode ser dada em Nevogilde e Sousela. -----

**O Sr. Presidente respondeu comentou:** -----

"O Sr. Vereador já explicou qual foi o racional." -----

**O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes persistiu:** -----

"Um T0 em Nevogilde também há-de ter procura, assim como um T2 em Boim também teria procura, compreendo que o plano está a ser desenhado com base no diagnóstico, mas não são estas construções que vão satisfazer esse o diagnóstico, porque esta oferta não é linear, é preciso obedecer a um conjunto de requisitos para ter condições de acesso a esta habitação." -----

**A Sra. Vereadora Maria do Céu Vieira Rocha questionou o Sr. Vereador:** -----

"Permita-me fazer uma questão, o porquê de o preocupar tanto em Boim, quando vamos ter aqui, junto à GNR outras respostas? Para quem conhece as necessidades do território, em Boim é extremamente pertinente a questão dos T0. O importante é haver a resposta, independentemente da zona do Concelho onde ela venha a ocorrer. A construção do próprio edifício pode ter mais lógica no sentido de aproveitar o espaço e, provavelmente, faz mais sentido fazer em Boim os T0. Há alguma preocupação específica por ser em Boim?" -----

**O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes respondeu:** -----

"Não, nenhuma. Aqui a questão de fundo é porquê aquela edificação ser exclusivamente para T0. A minha intervenção seria a mesma se estivesse a ser proposto T0 para Nevogilde, porquê totalmente T0 em Nevogilde?" -----

**A Sra. Vereadora Maria do Céu Vieira Rocha continuou:** -----

"Neste imenso território, posso-lhe dizer que faz mais sentido os T0 em Boim de que em Nevogilde, porque conheço o território e as necessidades de momento." -

**O Sr. Vereador Nelson Ângelo Coelho Oliveira adiu:** -----

"Nós temos uma experiência que é as residências partilhadas no Bairro Dr. Abílio Alves Moreira, quantas mais tivéssemos mais ocupávamos." -----

**O Sr. Presidente acrescentou o seguinte:** -----

"É uma utilização mais racional do terreno disponível e as vossas reservas perdem pertinência se tivermos em conta a proximidade do outro empreendimento junto à GNR que terá outro tipo de tipologias. -----

Neste caso votam a favor com esta nuance de Boim?" -----

**O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes respondeu:** -----

"Sim." -----

**2.4. Registo n.º 2023, DOMA, I, G, 14932 – Empreitada de conceção – construção de edifício de habitação multifamiliar em Nevogilde, Lousada. -----**

– Abertura do procedimento por concurso público com o preço base de 608.449,49 € + IVA; -----

- Programa de procedimento, caderno de encargos, programa preliminar e estudo prévio. -----

**Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade aprovar a abertura do procedimento nos termos da informação em destaque. -----**

**2.5. Registo n.º 2023, DOMA, I, G, 14935 – Empreitada de conceção – construção de edifício de habitação multifamiliar em Sousela, Lousada. -----**

– Abertura do procedimento por concurso público com o preço base de 354.172.09 € + IVA; -----

- Programa de procedimento, caderno de encargos, programa preliminar e estudo prévio. -----

**Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade aprovar a abertura do procedimento nos termos da informação em destaque. -----**

**2.6. Registo n.º 2023, DOMA, I, G, 14739 – Paróquia S. Pedro Fins do Torno –** Proposta de atribuição de subsídio no valor de 14.195,00 € para obras diversas na paróquia e produção de vídeo sobre os 200 anos da Romaria. -----

**Deliberado, por unanimidade aprovar a atribuição do subsídio nos termos propostos. -----**

**3. DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, PATRIMÓNIO, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO**

**3.1. Registo n.º 2023,DCPCE,I,G,14812** – Atribuição de um subsídio ao Rancho Folclórico São Joanino, no valor de 1 750,00€.

**Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, conceder o subsídio nos termos propostos.**

**3.2. Registo n.º 2023,DCPCE,I,G,14742** – Atribuição de um subsídio extraordinário à Banda Musical de Lousada, no valor de 5 000,00€.

**Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade, conceder o subsídio nos termos propostos.**

**3.3. Registo n.º 2023,DCPCE,I,G,14818** – Atribuição de um subsídio extraordinário ao Grupo Folclórico e Cultural "As Lavradeiras do Vale do Sousa, no valor de 5 000,00€".

**Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade, conceder o subsídio nos termos propostos.**

**3.4. Registo n.º 2023,DCPCE,I,G,14850** – Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Lousada, Teach for Portugal Associação, Fundação Belmiro de Azevedo e Agrupamento de Escolas Lousada Este.

**Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo de colaboração nos termos redigidos.**

**3.5. Registo n.º 2023,DCPCE,I,G,14831** – Minuta do Contrato a celebrar entre o Município de Lousada e a Lousada Séc. XXI.

**Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a minuta do contrato-programa nos termos redigidos.**

**3.6. Registo n.º 2023,DCPCE,I,G,14827** – Minuta do Acordo de Parceria a celebrar entre o Município de Lousada e a Associação de Cultura Musical de Lousada.

**Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a minuta do acordo de parceria nos termos redigidos.**

**3.7. Registo n.º 2023,DCPCE,I,G,14830** – Minuta do Acordo de Parceria a celebrar entre o Município de Lousada e a Federação Portuguesa de Xadrez.

**Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a minuta do acordo de parceria nos termos redigidos.**

**3.8. Registo n.º 2023,DCPCE,I,G,14951** – Atribuição de um subsídio à Associação de Pais do Agrupamento de Escolas Lousada Oeste, no valor de 1 200,00€.-----  
**Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, conceder o subsídio nos termos propostos.** -----

**3.9. Registo n.º 2023,DCPCE,I,G,14915** – Aquisição de serviços de transportes escolares em transporte coletivo de passageiros para o ano letivo 2023/20224.  
**Analisada a informação em destaque, deliberou o órgão Executivo, por unanimidade aprová-la e delegar no Sr. Presidente a competência para aprovação da minuta e dos contratos a celebrar.** -----

**3.10. Registo n.º 2023,DCPCE,I,G,15092** – Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo 2023/2024 a celebrar entre o Município de Lousada e a AD Lousada – Associação Desportiva de Lousada. -----  
**Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a minuta do contrato-programa nos termos redigidos.** -----

**APROVAÇÃO EM MINUTA DA ATA DA REUNIÃO:** Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta no final da reunião, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa, nos termos do n.º. 3 e para efeitos do n.º. 4 do art.º. 57.º., do Anexo I, da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro. -----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** E nada mais havendo a tratar, eram dez horas e e quarenta e cinco minutos quando o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião. -----

E eu, Armanda Paula de Meireles Ferreira, Coordenadora Técnica em substituição da Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, elaborei a presente ata, que também assino, de acordo com o n.º. 2 do Art.º. 57.º. do Anexo I à Lei n.º. 75/2013, de 12/09. -----

**O Presidente da Câmara:**

Pedro Daniel Machado Gomes 

**A Coordenadora Técnica em substituição da Chefe da DARH:**

Armanda Paula de Meireles Ferreira 